



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná  
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado  
GAECO - Núcleo Regional de Foz do Iguaçu

**Autos nº 0020206-55.2022.8.16.0030**

## **Meritíssimo Juiz:**

Em atenção ao despacho retro (mov. 53.1) e diante do contido na documentação apresentada pelo DEPEN/PR (mov. 51.1), de que o "CMP não reúne no atual momento as condições estruturais, técnicas e de pessoal, necessárias para prestar o atendimento necessário para manutenção da vida dele, sem expô-lo a grave risco. Informamos ainda, que conforme explanação da Secretaria de Estado de Saúde – SESA, se faz indispensável acessar à Rede de Atenção à Saúde (RAS) que esta estruturada dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, para atender essa situação, sendo tecnicamente inviável o recebimento do PPL por este CMP", o Ministério Público passa a se manifestar, nos seguintes termos.

Em que o entendimento exarado pelo DEPEN/PR, na pessoa do Diretor do Complexo Médico Penal, Senhor Marcio Zapchon, não há, segundo equipe médica do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, risco de morte do requerente JORGE JOSÉ DA ROCHA GUARANHO. O seu estado de saúde ainda é grave, isto é inegável, e "demanda cuidados especializados para atividades básicas da vida diária, necessitando de cuidados diários, reabilitação multiprofissional (fisioterapia, fonoaudiologia e nutricionista) e acompanhamento médico ambulatorial (cirurgião bucomaxilofacial, fonoaudiologia, neurologia clínica e clínica médica)", conforme boletim subscrito pelos Diretores do citado Hospital (mov. 1.4).





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná  
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado  
GAECO - Núcleo Regional de Foz do Iguaçu

## Autos nº 0020206-55.2022.8.16.0030

Registra-se. Não há, como quer crer o DEPENDENTE/PR, risco de vida ao requerente. Este carece, como amplamente demonstrado nos autos, de um lento e cuidadoso processo de recuperação, em razão das lesões sofridas.

Ocorre que tal processo, por óbvio, demandaria do DEPENDENTE/PR um trabalho extraordinário, tal como acompanhamento médico constante e escoltas frequentes, provavelmente diárias, para as atividades de reabilitação necessárias e, eventualmente, não prestadas pelo Complexo Médico Penal.

O fato de o agente se encontrar custodiado em uma Unidade Prisional que não disponha de TODOS os serviços de reabilitação não impede, ainda assim, que o Estado os garanta. O Sistema Único de Saúde, por meio de sua rede de atendimento, pode e deve ser acionado quando necessário.

Como bem decidiu o Juízo (mov. 23.1), "**a prisão e a assistência médica não são incompatíveis**. Ao revés, é direito do preso a assistência à saúde, que, no entanto, deve ser prestada no próprio estabelecimento prisional, ou, caso este não esteja aparelhado para prover a assistência médica necessária, em estabelecimento médico-penal ou hospital local, mediante autorização da direção da unidade prisional ou determinação do Juiz Corregedor dos Presídios (art. 14 da LEP)".

O que se constata, *in casu*, é um **absoluto descaso** por parte do Estado do Paraná. Inconcebível que o Complexo Médico Penal que, segundo o artigo 26 do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, se destinaria "ao tratamento médico ou cirúrgico de presos internados", não tenha condições de receber pessoa em processo de recuperação médica, sem risco de vida.

Mais do que descaso, trata-se completa omissão do Poder Público, cito: do Estado do Paraná, em cumprir com seus deveres e obrigações constitucionais mínimos, como a custódia de pessoas segregadas do convívio social ou a garantia mínima de seu acesso à saúde.





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná  
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado  
GAECO - Núcleo Regional de Foz do Iguaçu

**Autos nº 0020206-55.2022.8.16.0030**

**Lamentável que, no exato dia em que se completa 01 (um) mês da morte de Marcelo Arruda, todos tenhamos que assistir atônitos, por absoluta omissão e descaso do Estado do Paraná, a provável liberação, pela porta da frente do hospital, de seu algoz.**

Repito: lamentável!!

Registra-se, por oportuno, todos os esforços levados a efeito pelo Juízo e Secretaria da 3ª Vara Criminal desta Comarca de Foz do Iguaçu para que a decisão prolatada nos presentes autos (mov. 23.1) fosse fielmente cumprida, o que restou impossibilitado, face à incompetência do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Assim, alternativa outra não resta ao Ministério Público senão insistir na implantação do requerido junto ao Complexo Penitenciário Federal, na forma como já decidido por este Juízo.

Com efeito, estabelece o art. 84, §2º da Lei de Execuções Penais, nos termos do exposto pelo art. 3º da Lei nº 11.671/08, que: "serão incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles para quem a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, condenado ou provisório". (redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019).

Por seu turno, o Decreto nº 6.887/09, que regulamenta a Lei nº 11.671/08, assim trata da questão:

Art. 3º Para a inclusão ou transferência, o preso deverá possuir, ao menos, uma das seguintes características:

I - ter desempenhado função de liderança ou participado de forma relevante em organização criminosa;

II - **ter praticado crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem;**

III - estar submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado - RDD;





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná  
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado  
GAECO - Núcleo Regional de Foz do Iguaçu

## Autos nº 0020206-55.2022.8.16.0030

IV - ser membro de quadrilha ou bando, envolvido na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça;

V - ser réu colaborador ou delator premiado, desde que essa condição represente risco à sua integridade física no ambiente prisional de origem; ou

VI - estar envolvido em incidentes de fuga, de violência ou de grave indisciplina no sistema prisional de origem.

Portanto, preenche o requerente ao menos um dos requisitos para inclusão em estabelecimento penal federal, qual seja, a prática de crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem.

É cediço que o crime praticado pelo requerente, de gravidade e repercussão nacional, implica em reconhecer o risco extremado à sua integridade, seja no ambiente prisional ou fora dele.

Não é por outra razão que viaturas do DEPEN Federal (Órgão a que pertence o requerente) constantemente fazem rondas externas no hospital em que este se encontra internado, temendo por atos atentatórios à sua vida.

Ocorre que tal processo de inclusão junto ao Sistema Penitenciário Federal possui rito próprio, previsto no citado Decreto nº 6.887/09, o que demanda tempo.

Assim, diante da incapacidade do Estado do Paraná em cumprir com seus deveres constitucionais, requer o Ministério Público seja requisitado, **com urgência**, vaga junto ao Departamento Penitenciário Federal para recebimento do preso, que preenche, como já exposto, condição para tanto.

Na impossibilidade de se obter tal vaga até a data de amanhã (diante do rito e prazos previstos no Decreto nº 6.887/09), requer seja requisitado junto a outros Estados da Federação, preferencialmente aqueles mais próximos ao Estado do Paraná, vaga para custódia do requerente.





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná  
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado  
GAECO - Núcleo Regional de Foz do Iguaçu

## Autos nº 0020206-55.2022.8.16.0030

Por fim, em último e derradeiro caso, diante da absoluta incapacidade do Poder Público em cumprir a ordem de custódia expedida nos presentes autos, pela concessão de prisão domiciliar ao requerente, mediante monitoração eletrônica, bem como pela imposição, pelo Juízo, de outras medidas cautelares que se fizerem necessárias.

De Foz do Iguaçu/PR.

[datado e assinado digitalmente]

**TIAGO LISBOA MENDONÇA**

Promotor de Justiça Designado

[datado e assinado digitalmente]

**LUIS MARCELO MAFRA BERNARDES DA SILVA**

Promotor de Justiça Designado

